

Processo N.º 928

1



MUNICÍPIO DO PÓRTO

3.ª DIRECÇÃO

1.ª Repartição-Urbanização e Expropriações

N.º 83  
1941/42

= 12 fls. brancos  
= 2 " desenhados

Bairro .....

Freguesia .....

Planta topográfica dos terrenos municipais  
a desafectar da via pública, conforme  
vai aquarelada a tinta azul na mesma plan-  
ta, pertencentes aos armamentos laterais das  
casas da Colónia de Vila de Campo, a fim  
de serem cedidos aos proprietários das casas con-  
tigas, conforme o parecer da Comissão Coorden-  
dora de Obras e Construções de 9 de Agosto de 1941.



# Câmara Municipal do Porto

## 3.ª DIRECÇÃO

(Serviços de Urbanização e Obras)

### 1.ª Repartição — Urbanização e Expropriações

N.º 88

R. G.

Proc. T.



Exmº. Snr.

Engenheiro-Director dos Serviços de Urbanização  
e Obras.

Pede-se que, na resposta, casas e ligando as ruas longitudinais daquele Bairro, arruamentos que resse indique sempre o número d'este ofício e os números do R. G. e do Processo.

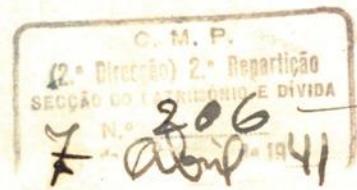
NF/GC. do nas casas confinantes.

Quanto a esta Repartição não há inconveniente na eliminação desses arruamentos e aumento da área dos quintais, mas como foram sempre municipais aquelas artérias e nesta Repartição só consta que tenha sido organizado um processo de cedência em Julho de 1935 (indicada a superfície com a cor verde na planta que se junta), rogamos a V.Exa. se digne obter dos Serviços do Património os esclarecimentos necessários a habilitar-nos quanto às indicações a dar nas plantas topográficas fornecidas por esta Repartição.

Na planta que se junta vai indicada com a cor azul a superfície de terreno que uma munícipe pretende vedar conforme o requerimento nº 2728/41 que se encontra pendente nesta Repartição e que suscitou o presente pedido de esclarecimentos.

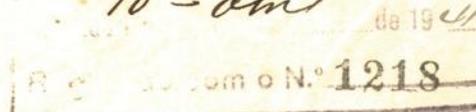
A bem da Nação.

Pôrto e 1.ª. Repartição - Urbanização e Expropriações, 3 de Abril de 1941.



O ENGENHEIRO-CHEFE,

*S. J. M. P.*





Informação nº308/41-Ofício nº88,  
da 3<sup>a</sup> Direcção-Urbanização e Ex-  
propriações.

A Câmara principiou a vedar os terrenos de servidão existentes entre os grupos de casas nos bairros Estêvão de Vasconcelos e Viterbo de Campos.

Sucedeu, porém, que não completou as vedações de todas as casas.

Os adquirentes de casas com os terrenos já vedados pagam, além do custo da casa mais Esc. 750\$00, custo da vedação na Colónia Estêvão de Vasconcelos, e 390\$00 na Colónia Viterbo de Campos.

Tinham os terrenos vedados, no 1º bairro, as casas, 78, 79, 81, 83 e 84 e no 2º as de nºs. 18, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64.

Os inquilinos cujas casas não possuem terrenos vedados e pretendem adá-los, têm pedido autorização para isso. Os adquirentes, quer tenham ou não sido inquilinos, são aconselhados a tirar licença para a vedação, correndo por sua conta as despesas daí resultantes; mantendo-se assim o critério de igualdade entre os que as adquirem com eles já vedados e os que têm que custear a vedação, e que devem obedecer à estética iniciada.

E sendo assim, não há motivo para desigual procedimento com a requerente, visto o terreno a vedar ser da sua servidão.

Pôrto e Secção do Património e Dívida Municipal, 8 de Abril de 1941.

O CHEFE ,

*Amancio Pimentel*

Concordo  
O Chefe da 2.<sup>a</sup> Repartição

*AP*

à Direcção dos Serviços de  
Urbanização e Abastecimento

Port. 8º de Setembro de 1941

O Chefe da 2.ª Repartição

*Honor*

A 1.ª Repartição

*Pedro Pinto*

1.ª REPARTIÇÃO

Urbanização e Expropriações

Registada em 12 ABR/1941

*Daf*  
Junta-se a fixa formaçāo n.º 3850  
aprovada em 22.10.1941

*8. Documento fundef*

02 - Encaminhar para a Direcção dos Serviços de Urbanização e Abastecimento.



*Câmara  
Municipal  
do Porto*

3.ª DIRECÇÃO

SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO

Informação n.º -3850-

NF/GC.

Tomámos conhecimento da informação nº. 308/41 da Secção do Património e Dívida Municipal de 8 do corrente e que constitue o critério da 2.ª Direcção.

Se a 1.ª Direcção, por onde são elaboradas as escrituras de venda, entender que é suficiente o processo seguido para alienação dos terrenos municipais daqueles antigos arruamentos, esta Repartição nada tem a objectar.

*g. sobre venda fundos*

*Conced.*

*Bran*

*Em tempo: Justifico - se o rep. 2728/41 e o fechamento de cedência 305/137 de 27 de Junho de 1935*

*g. Sobre venda fundos*

*g. 1.º Direc.*

*26-4-41*

*for Nolariado  
26-IV-41*

*Salvad.*

6

INFORMAÇÃO N° 22, ao ofício n° 88, da 3<sup>a</sup> Direcção:

Tratando-se, como se depreende da informação n° 3850, de 22/4/941, dos Serviços de Urbanização, de um assunto jurídico, não compete a estes Serviços pronunciarem-se sobre tal assunto.

Serviços do Notariado, 28 de Abril de 1941.

*Ernesto Domingos*  
3<sup>o</sup> J

An Vº Juridico  
28-IV-41

*Subscrit. S. R. A. d.*



*Câmara  
Municipal  
do Porto*

Direcção dos Serviços Centrais e Culturais

SERVIÇOS JURÍDICOS

Informação N.º 192/41

ao ofício n.º 88 R. G.  
da 3ª Direcção -Urbanização e Expropriações.

registado nestes Serviços sob o n.º 686/41

Segundo informações colhidas na Secção do Património e Dívida Municipal não há qualquer deliberação para a venda dos terrenos que constituam os arruamentos de ligação às ruas longitudinais da Colónia Viterbo de Campos e Estevão de Vasconcelos.

A prática da venda desses arruamentos e sua incorporação nos quintais das casas, iniciou-se por sugestão da repartição competente com fundamento em que o garoto preferia essas passagens para as suas brincadeiras, causando não só barulho e incómodos, como também estragos nas casas.

Por isso começou a Câmara a vedar os terrenos dos arruamentos e quando se vendia uma casa subentendia-se, que o comprador adquiria também o terreno junto a ela leito do arruamento, mas não o pagava, embora pagasse o custo da venda já feita ou se obrigasse, se ela ainda não existia; a requerer licença para a construir mediante o pagamento de taxa correspondente do seu custo provável.

Ora em nosso entender, este procedimento é irregular, pois trata-se de terrenos do domínio público municipal que só poderiam ser cedidos, depois de deliberadas em reunião da Câmara, a sua desafectação e venda.

Nestas condições achamos indispensável que o assunto seja presente à Exma. Comissão Coordenadora de Obras e Contencioso, para se dignar considerá-lo não só em relação ao caso sujeito, como também às alienações já feitas, pois torna-se necessária a identificação das escrituras de venda das casas dos Bairros, mediante as quais se considerou cedido o terreno dos arruamentos, que afinal continuam fazendo parte do domínio municipal, pois nunca foi desafectado, nem cedido mediante compra, aos adquirentes das casas.

Pórtio, 7 de Maio de 1941.

O CHEFE DA SECÇÃO DE OUVIDORIA

*Alvaro Soeiro*

COM VISTA AO EXMA CHEFE DA REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS JURÍDICOS

As Srs. Secretário de Comunicação  
Porto, d.s.  
Pelo Director  
Graça Loureiro

8

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO  
COMISSÃO COORDENADORA DE OBRAS E CONTENCIOSO

PARECER Nº. 182/41

REUNIÃO: 9.VIII.41

REFERÊNCIA: - Reqº. Nº. 2728/41 - Maria do Carmo Teixeira

ASSUNTO: - Bairro Colónia Viterbo de Campos.

A Comissão foi de parecer, que deve apresentar-se à reunião da Exma. Câmara uma proposta de desafectação do uso público dos arruamentos compreendidos entre as fachadas laterais das casas e organizar em seguida os processos de cedência, conforme fôrem requeridos os respectivos terrenos.

J. J. Nascimento Loureiro

NF/GC.

PROPOSTA

---

Maf

17

9

Na Colónia de Viterbo de Campos, bairro de casas económicas construído pelo Município há algumas dezenas de anos, na freguesia de Lordelo do Ouro, existem entre as ruas longitudinais que o atravessam uns pequenos arruamentos de 5,80 m. de largura que dão acesso às fachadas laterais das casas.

Sucedem que êsses arruamentos servem de recreio ao rapazio de outras casas vizinhas o que por vezes traz reclamações dos locatários.

Como tôdas as casas tem uma rua de acesso, torna-se dispensável a existência daqueles arruamentos laterais com a economia da sua conservação pelo Município, podendo, com vantagem integrar-se nas casas contíguas desde que os seus proprietários os desejem adquirir.

Antes porém torna-se necessário que sejam desafectados do uso público aquêles arruamentos, pelo que, ouvida a Comissão Coordenadora de Obras e Contencioso, que emitiu parecer favorável,

PROPOUNHO:

que seja aprovado o processo de desafectação do uso público dos arruamentos de servidão das casas da Colónia de Viterbo de Campos, conforme a planta por mim rubricada em que êsses terrenos vão indicados com uma aguada azul.

Pôrto e Sala das Reuniões, 14 de Agosto de 1941.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

A 1.ª Repartição

15/8/41

O Director,

J. M. J.

*Alvendinha*

NF/GC.

I.º REPARTIÇÃO  
Urbanização e Expropriações  
Registada em 16/8/1941

*Gonçalves*

*agradecido  
2/9/41  
Maf*

Município do Porto  
Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras  
1<sup>a</sup> Repartição - Urbanização e Expropriações

P 928

Colónia de Viterbo de Campos.  
Bairro Ocidental  
Freg.º de Lordelo.


Planta topográfica dos terrenos municipais a desafectar da via pública, conforme foi aguarelando a tinta azul na mesma planta, pertencentes aos arruamentos laterais das casas da Colónia de Viterbo de Campos, a fim de serem cedidos aos proprietários das casas vizinhas, conforme o parecer da Comissão Coordenadora de Obras e Construções de 9 de Agosto de 1941.

Porto e Paços do Concelho, 13 de Agosto de 1941

O Engenheiro encarregado  
das Expropriações.

O Engenheiro Chefe  
*S. J. P. da C.*

Fijo do Director  
*J. M. S.*



928

928<sup>11</sup>

BOLETIM SUPLEMENTO AO Nº 299 - ACTA DA REUNIÃO DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941

Tendo sido aprovada em reunião de 14-8-1941 a desafectação do uso público dos pequenos arruamentos existentes entre as fachadas laterais das casas existentes na Colónia Viterbo de Campos, a-fim-de serem vendidos aos novos adquirentes das casas daquele Bairro,

P R O P O N H O:

Que a 3ª Direcção avalie cada metro quadrado do terreno referido, tornando-se a avaliação extensiva aos terrenos das Colónias Estevão de Vasconcelos, Antero de Quental e Dr. Manuel Laranjeira, que, por proposta desta data também vão ser desafectados.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X  
X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X  
X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X  
X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X  
X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X  
X-X-X-X-X-X-X-X-X  
X-X-X-X-X-X  
X-X-X-X  
X-X  
X

*Acto de execução - 560/82*

( C O P I A )

12

BOLETIM SUPLEMENTO Nº. 299 DE 31 DEZEMBRO 1941

Reunião de 11-12-1941

Por deliberação camarária de 14-8-1941, foi aprovada uma proposta para serem desafactados do uso público os pequenos arruamentos que dão acesso às fachadas laterais das casas da Colónia Viterbo de Campos.

Convindo tornar extensivo às Colónias Estevão de Vasconcelos, Antero de Quental e Dr. Manuel Laranjeira, esta medida,

P R O P O N H O:

Que nas Colónias supra mencionadas sejam desafectados do uso público os referidos terrenos.

-----  
-----  
-----  
-----  
-----

## C O P I A

## -----AUTO DE AVALIAÇÃO Nº 560/42-----

-----Aos cinco dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e dois, os peritos, funcionários municipais, Engenheiro Francisco Xavier Novais de Quina Ribeiro, Condutor Civil Luis Esteves de Figueiredo e o Desenhador José Pereira da Silva, procederam à avaliação do metro quadrado dos terrenos dos arruamentos transversais compreendidos entre as casas das Colónias de Viterbo de Campos, de Estevão de Vasconcelos, de Antero de Quental e do Dr. Manuel Laranjeira, em cumprimento da deliberação camarária de onze de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um.-----

-----A estes terrenos, que foram desafectados do uso público por propostas de catorze de Agosto de mil novecentos e quarenta e um e de onze de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um, a-fim-de serem cedidos aos proprietários das casas daquêles Bairros, atribuíram os peritos os seguintes valores:-----

Colónia Viterbo de Campos

.....Valor do metro quadrado.....20\$00-----

Colónia Estevão de Vasconcelos

.....Valor do metro quadrado.....15\$00-----

Colónia Antero de Quental

.....Valor do metro quadrado.....15\$00-----

Colónia Dr. Manuel Laranjeira

.....Valor do metro quadrado.....15\$00-----

-----Nêstes valôres entrou-se em consideração com a valorização resultante da integração dos terrenos nos prédios confinantes.

-----Pelos peritos foi ainda dito:

-----Primeiro - Que em virtude da disposição das casas os terrenos dos arruamentos transversais da Colónia de Antero de Quental só podiam ser integrados nas casas que se encontram situadas no fundo dêsses arruamentos ou, então, nas casas que ficam do mesmo lado dêsses mesmos arruamentos, deixando uma faixa de servidão para as do lado opôsto;

-----Segundo - Que os terrenos dos arruamentos transversais situados entre a fiada<sup>a</sup> de casas da Colónia Estevão de Vasconcelos mais a Norte, se encontram nas mesmas condições.

- a) F.de Quina Ribeiro
- b) Luis de Figueiredo
- c)José Pereira da Silva